

Comissão de Economia,  
Obras Públicas e Habitação

Registo E\_COM6XVI/2024/76  
Data 16/07/2024

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Comissão de Economia, Obras  
Públicas e Habitação

Deputado Miguel Santos

**Assunto:** Requerimento para audição conjunta com a 10<sup>a</sup> Comissão (Trabalho e S.S.) da Dir. RH da Portway, do Presidente do Turismo do Porto e Norte, da Dir. RH e do Presidente da Menzies Portugal, do CEO da ANA, dos líderes dos 2 maiores sindicatos (STTAMP e STAMA) e do representante do accionista minoritário TAP, sobre as condições de trabalho dos colaboradores para o bom funcionamento e segurança nos aeroportos, com especial importância nas entradas e saídas do país por meio aéreo.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente,

O Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa homologou a 10 de maio o plano de insolvência da Groundforce, decisão que permitiu à Menzies Aviation assumir o controlo da companhia portuguesa de serviços de assistência em escala. A entrada da Menzies no capital colocou um ponto final no processo de insolvência da SPDH (a designação societária da Groundforce), declarada pelo tribunal em agosto de 2021.<sup>1</sup>

Na audição conjunta aos Presidente e CEO da ANA a que todos assistimos no passado dia 11 de junho, pudemos ouvir o seguinte: “Temos um problema muito complicado ao nível do controlo de fronteiras”, afirmou o presidente não executivo da empresa. Para José Luís Arnaut, “não faz sentido trazer mais turistas para estarem duas horas à espera. Isso mata o turismo e a atratividade e cria problemas de fluidez no tráfego”. Segundo o gestor, a média diária de espera no controlo de passaportes em Lisboa e em Faro é de uma hora. “Os meios não são os necessários, nem estão a funcionar com celeridade”.<sup>2</sup>

A atividade de Handling que engloba o controlo de passaportes, é levada a cabo pelos assistentes de aeroporto cuja missão é cumprir com programas de segurança rígidos que advêm de recomendações de

---

<sup>1</sup> [Britânica Menzies já controla Groundforce. Promete “reforçar capacidade de handling para a aviação em Portugal” – ECO \(sapo.pt\)](#)

<sup>2</sup> [Atrasos na operação do aeroporto. ANA aponta responsabilidades ao controlo de segurança e ao espaço aéreo – Observador](#)

instituições internacionais (ICAO, ECAC, IATA, EASA) e lei nacional (Decreto-lei 142/2019 – Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil) e europeia, nomeadamente os consolidados Regulamento (CE) n.º 300/2008 e Regulamento de Execução (UE) 2015/1998. O objetivo é dissuadir atos de interferência ilícita e não só contra a aviação civil. São certificados em várias áreas de segurança da aviação civil com uma elevada exigência, em especial, no que respeita às múltiplas inspeções/auditorias a que são sujeitos, quer pela ANAC, Autoridade Nacional da Aviação Civil, quer pela PSP, quer pela própria ANA, em parâmetros ligados por exemplo ao transporte de artigos proibidos diversos (entre eles, armas e explosivos) e verificações de segurança em aeronaves, veículos, instalações e acessos aos aeroportos. Acabam por garantir e ter grande responsabilidade pela vida de milhões de passageiros e infraestruturas críticas nacionais 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano.

As suas funções acarretam diversos riscos para a Saúde e Segurança no Trabalho. Têm contacto físico com os passageiros dos mais variados pontos do globo e seus pertences com grande probabilidade de contraírem doenças diversas não acompanhadas pelo Programa Nacional de Vacinação nacional. Por estarem num ambiente onde há atividade magnética superior a outros locais (detectores de metais e outros equipamentos eletrónicos) e operarem muitas horas entre equipamentos Raios X, têm também outros riscos associados que as pessoas comuns não têm.

Esta semana foi emitido um comunicado conjunto por 6 sindicatos dos colaboradores da Menzies - segundo o qual, ao nível operacional, não há trabalhadores a mais, pelo contrário, muito menos do que seriam necessários para garantir o serviço com a qualidade e com a quantidade de pessoas suficientes para que não haja a necessidade de recurso sistemático a trabalho suplementar nem colocar em causa a segurança dos colaboradores e da atividade.

Há relatos e vídeos de membros de sindicatos que mostram colaboradores de diversas etnias orientais (índia, bangladesh,...) a viver literalmente nas instalações da empresa (comer, dormir,...) bem como existe um colaborador brasileiro que é procurado pela polícia em 5 estados do Brasil. Trata-se, por um lado, de condições degradantes para qualquer cidadão viver no nosso país, e por outro confirma-se na realidade, também aqui, a falta de controlo na imigração.

Adicionalmente, foi de conhecimento público que o acordo assinado entre os sindicatos e a Menzies em julho de 2023 previa uma revisão da tabela salarial e aumentos ao valor da inflação a partir de janeiro de 2024. Desde 2019 que os trabalhadores da Groundforce não são aumentados. Receberam em 2023 um

suplemento extraordinário, que os sindicatos acordaram com a Menzies e que deveria ser integrado no salário-base.<sup>3</sup>

Sendo as Infraestruturas de Transporte Aéreo uma das áreas de competência e controlo político desta Comissão, parece-nos importante, para salvaguarda da segurança e eficiência do funcionamento dos procedimentos de controlo de tráfego de passageiros nos nossos aeroportos, ouvir os responsáveis em Portugal das empresas e principais sindicatos envolvidos.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA requerer a audição da Dir. RH da Portway (Dra. Rita Reis), do Presidente do Turismo do Porto e Norte (Dr. Luis Pedro Martins), da Diretora de RH da Menzies (Dra. Ana Vilhena), Sr. Presidente da Menzies Portugal (Dr. Rui Gomes), do CEO da ANA (Thierry Ligonière), dos líderes dos 2 sindicatos STTAMP e STAMA e do representante do accionista minoritário (TAP), sobre as condições de segurança nos aeroportos, bem como condições de trabalho dos colaboradores, intervenientes cruciais no bom funcionamento dos aeroportos, com especial importância nas entradas e saídas do país por meio aéreo.

Palácio de S. Bento, 12 de julho de 2024

O Deputado do GPCH,

Filipe Melo

---

<sup>3</sup> [Menzies assume finalmente o controlo da Groundforce e vai mudar-lhe o nome - Expresso](#)